

## Mentalidades e estruturas sociais no Brasil colonial: uma resenha coletiva<sup>1</sup>

---

Stuart B. Schwartz<sup>2</sup>

Até recentemente, a moderna historiografia brasileira tratava preferencialmente de assuntos relativos a economia política, pacto colonial, questões concernentes à escravidão e anomalias decorrentes de uma sociedade multirracial. Fortemente influenciado por abordagens e um vocabulário de cunho marxista ou neodependentista, o estudo do Brasil colonial tem se concentrado em temas de estrutura econômica, classe e raça. Historiadores de linhas radicalmente diferentes, tanto política quanto metodologicamente falando, chegaram a um consenso quanto à idéia do Brasil como uma colônia mercantilista cuja economia se estruturava no latifúndio escravista orientado para exportação, liderada por uma aristocracia de fazendeiros que determinava de várias formas sua vida social, mesmo nas regiões não dedicadas a produtos de exportação.<sup>3</sup> Se este consenso dominou a pensamento histórico brasileiro por meio século, ele passa hoje por uma séria revisão. O ataque tem partido tanto de historiadores que ainda vêm os tradicionais temas marxistas de estrutura econômica e suas relações com a organização da sociedade como os mais apropriados objetos de análise, como também de uma nova geração de estudiosos mais interessados nas atitudes e idéias que se formaram em meio a estas estruturas e relações que no fenômeno propriamente dito. Este artigo de resenha pretende discutir parte da recente produção historiográfica, que busca redefinir e redirecionar o estudo do passado colonial brasileiro.

Em duas obras com temas correlatos, escritas ou co-escritas por João Fragoso, argumenta-se que a tradicional visão da natureza exportadora da economia brasileira e da predominância da classe dos fazendeiros constitui um erro ou, ao menos, um problema de peso e importância. Fragoso, em suas críticas, mantém a estrutura econômica e suas manifestações – o modo de produção – como o tema de estudo por excelência. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro, 1790/1830* baseia-se numa vasta pesquisa de inventários, testamentos, escrituras de compra e venda registradas nos

---

(1) Artigo originalmente publicado na *Latin American Research Review* (v. 31, n. 1, 1996) com o título: *Somebodies and nobodies in the body politic: mentalities and social structures in Colonial Brasil*. Traduzido do inglês por Monica D. Dantas (Pós-Doutoranda da FFCLH/USP).

(2) O autor agradece os comentários de Richard Graham, Robert McCaa, Giana Pomata, Sanjay Subrahmanyam e Thomas Cohen.

(3) A formulação clássica surgiu na década de 30. Veja Freyre (1933); Holanda (1936); Prado Jr. (1942) e Simonsen (1962). Sobre o impacto desta geração, ver Cardoso (1993). Mais recentemente veja as posições conflitantes mas a base comum de Novais (1979); Gorender (1978) e Cardoso (1979).

tabelionatos, documentos portuários e vários outros tipos documentais existentes para o Rio de Janeiro daquele período. Ele argumenta que antigos estudiosos da economia colonial enganaram-se de duas formas. Primeiro, ao se concentrarem na “natureza latifundiária-monocultora” da economia colonial, eles exageraram a orientação exportadora e ignoraram o tamanho e a importância da economia interna. Este foco levou-os a enfatizar demasiadamente a posição dos proprietários de terra como a elite econômica e social da colônia. Fragoso levantou uma série de evidências demonstrando que, em inícios do século XIX, o mercado interno de gêneros de subsistência não só era bastante grande como estava em crescimento, chegando inúmeras vezes a ultrapassar o valor movimentado pelos produtos de exportação. Em cidades como o Rio de Janeiro, os chamados homens de grosso trato, envolvidos no comércio externo e interno, haviam se tornado o grupo mais dinâmico e socialmente mais poderoso. O autor argumenta que a orientação comercial da colônia refletia-se no fato de que o valor médio das operações comerciais excedia os montantes alcançados pelas transações de propriedades rurais registradas nos tabelionatos. Assim, negócios – e não propriedades – eram a chave do sucesso nessa região.

Trata-se de uma pesquisa impressionante, tanto um estímulo quanto um desafio a seus colegas de área, com resultados provocativos. O livro não é, contudo, uma leitura fácil. Está construído em torno de 79 tabelas e organizado como um relatório de pesquisa, com inúmeras seções subdivididas em novas partes ao longo de quatro extensos capítulos (um deles com mais de 100 páginas). Fragoso expressa sua tese por meio da tradicional linguagem marxista. Argumenta que era o capital mercantil e não propriamente um sistema capitalista que caracterizava o Brasil colonial, já que muito do lucro obtido era investido em atividades honoríficas não econômicas como a compra de títulos, a aquisição de grandes propriedades territoriais ou mesmo a manutenção de grandes casas senhoriais. Acima de tudo, enfatiza a natureza endógena da formação do capital, colocando, assim, a relação colonial como um fator bem menos crucial para a formação social do Brasil do que até então se costumava pensar.

Parte do que se diz em *Homens de grossa aventura* não constitui material absolutamente novo. Fragoso, no entanto, tem o mérito de prestar mais atenção às implicações teóricas de seus argumentos do que outros que já escreveram sobre o assunto. O crescimento das fortunas dos comerciantes, sua influência política e o caráter independente de suas ações já foram sugeridos por A. J. R. Russell-Wood (1968), Catherine Lugar (1980), Pierre Verger (1968), Rae Flory and David Smith (1978: 571-94). Mais recentemente, a importância do mercado interno e sua articulação com o setor de exportação foram destacadas nos trabalhos de José Roberto do Amaral Lapa, Larissa Brown e Bert Barrickman, conjuntamente com os meus próprios estudos. Esses aspectos também mereceram destaque por parte dos historiadores ligados a Yedda Linhares, primeiro no Centro de Pós-Graduação

em Desenvolvimento Agrícola da Escola Interamericana de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas e depois na Universidade Federal Fluminense em Niterói (onde Fragoso é atualmente professor).<sup>4</sup> Fragoso enfatiza a importância do mercado interno, mas demonstra continuamente (e corretamente) suas ligações com o setor de exportação, o que cria uma certa tensão em seu argumento, oscilando entre a novidade de suas afirmações e o reconhecimento da ligação íntima entre a economia interna e o comércio de ultramar. Caio Prado Júnior e outros, em seus escritos, já haviam dedicado bastante atenção aos não-proprietários ou pequenos produtores e ao mercado interno, mas continuavam a afirmar o caráter dinâmico dos setores ligados à economia de exportação. A inovação do trabalho de Fragoso está justamente no argumento de que o mercado interno teria passado a impulsionar a economia como um todo.

*Homens de grossa aventura* suscita um segundo problema, derivado de suas balizas temporais: um período marcado pelo crescimento vertiginoso da produção agrícola, após a revolta de 1792 em São Domingos, que, combinado com a situação política européia, possibilitou a ressurreição das exportações brasileiras. Este desenvolvimento gerou um concomitante e vertiginoso aumento do tráfico de escravos, o que, por sua vez, elevou a demanda por gêneros de subsistência no mercado interno. O crescimento do tráfico de escravos, conjugado com uma explosão demográfica geral, especialmente em cidades como o Rio de Janeiro (que, entre 1799 e 1821, experimentou um adensamento populacional de 160%), criou um conjunto peculiar de parâmetros econômicos refletidos em condições demográficas, econômicas e políticas. Além disso, o Marquês de Pombal, o ativo primeiro-ministro de Portugal entre os anos de 1750 e 1777, havia instituído uma política de utilização do poder estatal voltada ao apoio aos comerciantes portugueses e brasileiros de forma a quebrar a antiga dominação estrangeira no comércio luso-brasileiro. Destinada a gerar uma “poderosa classe nacional de comerciantes”, esta política pode ter sido responsável também pela criação de uma base social adequada ao fortalecimento sóciopolítico dos comerciantes do Rio de Janeiro.<sup>5</sup> Fragoso, ao invés de destacar os padrões inerentes àquele período, em particular como aspectos cronologicamente limitados a uma certa conjuntura histórica, deixa um tanto implícita sua percepção de que seriam características estruturais do Brasil colonial. Em consequência disso, ele afirma a predominância do capital mercantil e do mercado interno como realidades válidas para toda a história colonial, lendo o passado a partir dos dados referentes a 1790, como se fossem representativos também de um período anterior.

Finalmente, a despeito da riqueza da documentação de Fragoso, os homens de grosso trato e suas famílias acabam não se materializando como indivíduos ou como um grupo social com motivos e estratégias claramente

---

(4) Sobre o mercado interno ver Lapa (1982); Brown (1986); Schwartz (1992: 65-102); Barickman (1991, 1994: 649-88).

(5) Ver Maxwell (1993: 209-36).

discerníveis. Por que comerciantes que negociavam desde o começo da vida colonial continuavam a investir em terras e escravos se esses constituíam investimentos menos lucrativos que o comércio? Argumentar que eles assim faziam para adquirir status em um Brasil colonial não inserido em um regime capitalista parece um tanto tautológico. Como bem demonstram Lawrence Stone e Robert Brenner, o fato dos comerciantes ingleses do século XVIII há muito tentarem comprar sua aceitação no meio da nobreza territorial e de suas ações revelarem a inexistência de uma mentalidade capitalista não retardou ou enfraqueceu o crescimento do capitalismo na Inglaterra.<sup>6</sup> Ao contrário, P. J. Cain & A. G. Hopkins (1993: 58) argumentaram que um “capitalismo aristocrático” era característico da Inglaterra setecentista e que uma aristocracia comercial progressista enraizou-se solidamente na vida inglesa dominada pela agricultura até meados do século XIX. A França do século XVIII testemunhou um grande crescimento da nobreza à medida que a burguesia, em uma escala sem precedentes, se “infiltrava” nos degraus superiores.<sup>7</sup> A classe mercantil do Brasil parecia estar agindo de maneira muito parecida aos seus semelhantes da Europa e da América espanhola.<sup>8</sup> Assim, para os comerciantes brasileiros, investir em terras e escravos representava a aquisição de uma relativa segurança e a limitação de seus riscos, ao mesmo tempo em que lhes fornecia status e imagem, uma série de vantagens que lhes deviam ser perceptíveis.

*Arcaísmo como projeto: Mercado Atlântico*, escrito por Fragoso a quatro mãos com Manolo Florentino, aguça e condensa muitas das idéias expostas em *Homens de grossa aventura*. Destaca também a natureza do tráfico de escravos e seu papel central no crescimento da economia brasileira, um tema desenvolvido previamente por Florentino em sua dissertação de mestrado (1995). Os autores argumentam que a escravidão tinha uma função estrutural tanto na África quanto na América e que a elasticidade do fornecimento da mão-de-obra, comida e terra fora responsável pelo baixo nível de capitalização no Brasil, permitindo a continuidade da utilização de técnicas rudimentares de agricultura. Recolocando suas idéias de uma outra forma, o acesso relativamente barato ao tráfico transatlântico de escravos e (por extensão) às melhorias que, ao longo do século XVIII, permitiu a manutenção de um preço bastante baixo para o escravo comercializado naquelas rotas e possibilitou a rotinização das práticas agrícolas e a conseqüente manutenção da predominância das relações e práticas sociais. Portugal era beneficiado pela cobrança de taxas e pela reexportação dos produtos coloniais. Assim, o Brasil e sua hierarquia social teriam sido criados para

---

(6) Cf. Stone, L. (1965); Stone, J. (1984) e Brenner (1993).

(7) Ver a listagem de fontes em Goldstone (1991: 231).

(8) Comparar Kicza (1982: 429-57) e Socolow (1978). Kicza argumenta que os comerciantes mexicanos diversificaram seus investimentos aplicando na agricultura e outras atividades, além de usarem os casamentos para solidificar seu status e conseguir uma segurança [generational/hereditária] para sua riqueza. Socolow demonstra como comerciantes que não estavam interessados em investimentos agrícolas mudaram de opinião quando estes se tornaram lucrativos.

preservar o *ancien regime* em Portugal, não para transformá-lo. Tratava-se do “projeto arcaizante” de uma metrópole, controlada por sua aristocracia, aliada aos comerciantes aristocratizados, residentes na terra natal ou no exterior, enquanto a nova burguesia não ameaçasse a ordem estabelecida. O argumento apresentado parece uma espécie de variação “das idéias fora do lugar” de Roberto Schwarz. Enquanto na Europa as fortunas comerciais permitiam que a classe mercantil desafiasse a nobreza que lhe precedia no poder, no Brasil (que não possuía um passado aristocrático), o capital mercantil servia para consolidar o antigo regime. A ironia desta comparação faz sentido somente se pensada a partir da idéia, um tanto ultrapassada, do surgimento da burguesia no restante da Europa ocidental e pressupõe a impossibilidade da manutenção do poder da aristocracia bem como da continuidade da importância da agricultura. Se os comerciantes e seus negócios sobrepujaram-se à agricultura como o setor dinâmico da economia brasileira e a base do sistema social, então, de acordo com essa nova historiografia, o Brasil era bastante diferente da Inglaterra e da França.

Iraci del Nero Costa – ao contrário de Fragoso e Florentino e seu ataque frontal às interpretações que afirmavam um desenvolvimento econômico brasileiro somente em termos de um setor escravista de exportação – apresenta a dimensão social desta nova orientação ao analisar a *arraia-miúda*, ou seja, aqueles que no Brasil não possuíam escravos. Chamados *agregados*, *posseiros*, *sitiantes*, entre outros termos, a variar de acordo com as diferenças vocabulares regionais, os epítetos destinados àqueles que não eram proprietários de escravos variavam tanto quanto sua situação ante a propriedade, o que não impedia que fossem encontrados em toda a colônia. Costa retira suas informações de censos do século XVIII e começo do XIX para as províncias de São Paulo e Minas Gerais, contando ainda com algum material para uma região de gado como o Piauí e mais duas freguesias sertanejas da Bahia em finais dos setecentos. Ele examina este segmento da população colonial em *Arraia-miúda: um estudo sobre os não-proprietários de escravos no Brasil*, um pequeno volume que discute estatísticas descritivas apresentadas em 142 tabelas.

Costa enfatiza que muitas áreas eram povoadas por um grande número de não-proprietários de escravos. Na São Paulo de fins do período colonial, cerca de 3/4 das casas da capitania não possuíam escravos, enquanto em Minas Gerais, os números são relativamente mais baixos, já que em 40% das residências existiam cativos. O fato de 50 a 65% da população colonial não possuir escravos pode, num primeiro momento, sugerir que a escravidão tenha sido supervalorizada como fator de entendimento da sociedade brasileira. Tal visão me parece, no entanto, errônea. É mais significativo que, considerando as variações regionais e cronológicas, 35 a 50% da população brasileira chegava a possuir escravos. Com exceção de casos raros, como o Haiti e outras ilhas do Caribe no século XVIII, na maioria das grandes sociedades escravistas como a Roma clássica, o sul dos Estados Unidos e

o Brasil os escravos contabilizavam apenas 1/3 da população total. Não era necessário que todos fossem proprietários de escravos para que a escravidão fosse a principal forma de trabalho da sociedade e o fato de que um grande número de brasileiros – incluindo camponeses e antigos escravos – pudessem adquirir cativos atesta para a disseminação da escravidão na colônia e na vida sociocultural de seus habitantes.

*Arraia-miúda* enfatiza a variação regional, mas argumenta essencialmente que apenas alguns poucos critérios demográficos e sociais diferenciavam proprietários de escravos de não-proprietários, parecendo todos “duas amostras da mesma população” (p. 116). Aqueles referidos pelos censos como membros da Igreja Católica, burocratas do estado ou possuidores de títulos militares eram mais comumente citados como proprietários de escravos do que os listados como artesãos ou jornaleiros, sendo que tal diferença revela mais propriamente níveis de status e riqueza do que “ocupação”. Mesmo que os proprietários de escravos dominassem a produção para exportação e para o mercado interno, os não-proprietários também costumavam tomar parte em tais atividades.

Esse curto volume, bem como aqueles de Fragoso e Fragoso & Florentino, representa uma válida contribuição ao estudo das ligações entre a vida econômica e social da colônia. Eu pessoalmente continuo descrente da idéia que nega a posição preeminente do setor escravista exportador da economia como motor da vida colonial, sua razão de ser e sua condição de melhor caminho para o entendimento de seu desenvolvimento histórico. Grande parte das pesquisas sobre o comércio interno e os nele envolvidos – estudo sobre o chamado “pequeno Brasil” –, imbuídas da tarefa de desviar o foco das grandes plantações, da escravidão e do setor de exportação, acabam criando uma falsa dicotomia e terminam por perder o significado da relação entre o setor escravista agroexportador e o desenvolvimento de um campesinato alijado da propriedade escrava, capaz de exercer uma série de funções: de alugados para atividades ocasionais a fornecedores temporários de comida para as fazendas e cidades em crescimento. Este campesinato existia desde os primórdios da colônia, mas ele aumentou muito rapidamente no século XVIII juntamente com a economia do Brasil. Não se trata de uma escolha entre isto ou aquilo, mas, ao contrário, de um processo de mudança e variação dentro da intensa relação entre os setores de exportação e de comércio interno da economia colonial e as dimensões humanas de tal mudança. Os trabalhos desta nova historiografia, apesar de concentrarem-se normalmente nos finais do século XVIII, projetam suas descobertas para períodos anteriores ou assumem que estão tratando de realidades estruturais e não históricas. Tanto *O arcaísmo como projeto* quanto *Arraia-miúda* deixam de prestar a devida atenção às especificidades do período descrito ou à forma com que foram responsáveis pela geração das situações descritas pelos autores. Sem dúvida que, quando as oportunidades lhes eram dadas, comerciantes, proprietários

de terras, mineiros, camponeses e até mesmo escravos buscavam participar dos mercados locais, uma situação proveniente de transformações do setor de exportação e das novas possibilidades criadas pela posição do Brasil no mercado internacional. A escravidão, mesmo que de maneira cruel, mostrava-se perfeitamente adaptável a essas condições, como bem demonstraram alguns trabalhos recentes sobre Minas Gerais.<sup>9</sup> O reconhecimento desta relação deveria destacar ainda mais a posição central das grandes propriedades e do setor exportador para o entendimento da formação socioeconômica do Brasil, bem como as formas que uma constelação de relações sociais – mesmo fora da escravidão – foram moldadas pelo escravismo e muitas vezes pela realidade dos latifúndios.

Por mais que as críticas colocadas pela escola do “Pequeno Brasil” tenham questionado a natureza da economia colonial, um ataque potencialmente mais radical à historiografia tradicional partiu da mudança de foco das questões socioeconômicas para o estudo das idéias e atitudes que informavam as relações sociais e de gênero dentro de uma sociedade escravista multirracial. A tendência dos estudos históricos para examinarem as estruturas mentais, a cultura popular e a esfera doméstica passou a ter um impacto profundo na maneira com que os estudiosos do passado brasileiro agora pensam a história colonial. Na última década, o interesse pelas *mentalités* alterou, senão mesmo eliminou, a ênfase exclusiva nas relações socioeconômicas, expandindo as áreas de compreensão para várias direções. Esta mudança revigorou a história colonial e lançou-a por caminhos antes inexplorados. À medida que tais trabalhos começam a se acumular colocam-se, no entanto, duas questões acerca desta nova tendência. Primeiramente, teriam os estudos de mentalidades simplesmente substituído o importante pelo que exerce fascinação, produzindo uma espécie de gabinete de curiosidades (*wunderkammer*) históricas, dedicando-se ao bizarro, curioso e devasso e perdendo o sentido de um objetivo maior concernente à compreensão do funcionamento da sociedade, política e cultura? Em segundo lugar, seria possível localizar um ponto de cruzamento entre a vida privada e o pensamento dos habitantes do Brasil e as estruturas político-econômicas da colônia de forma a viabilizar a percepção de como as esferas do público e do privado estavam ligadas? Mesmo que estudiosos partidários de uma posição mais desconstrutivista possam argumentar que um esforço de tal monta seja um exercício fútil e errôneo, este tipo de abordagem permitiria à nova história das mentalidades esclarecer e enriquecer a história da formação do Brasil como colônia e, ao mesmo tempo, colocar o papel do poder do Estado e das condições econômicas em uma posição central dentro das explicações acerca do pensamento dos homens e mulheres de várias camadas sociais. Esta união dos substratos material, cultural e mental da

---

(9) Várias pesquisas trataram da transformação de Minas Gerais de uma economia mineratória para uma sociedade agrocomercial policultora alicerçada na mão-de-obra escrava. Ver Martins (1980); ver ainda Martins Filho & Martins (1983: 537-69) e as respostas subsequentes.

vida nos estudos históricos levaria ao questionamento de uma série de tradições historiográficas – proporcionando uma discussão benéfica para ambas as partes. Até o momento, tal troca tem permanecido, na maior parte dos casos, apenas em estado de potência.<sup>10</sup>

Grande parte dos novos estudos de mentalidade foram escritos à sombra de Michel Foucault, partindo do entendimento de que a era moderna – de finais do século XV até a Revolução Francesa – corresponde a um período de fortalecimento do estado absolutista, muitas vezes ajudado por seu braço ideológico, a Igreja, com a crescente imposição de mecanismos repressivos de controle sobre toda a gama de atividades e idéias humanas.<sup>11</sup> Mary del Priore coloca esta idéia em evidência em *Ao sul do corpo: condição feminina, maternidade e mentalidades no Brasil colônia*: “Mas pensar a história das mães significa, sobretudo, perceber o fenômeno biológico da maternidade, sua função social e psico-afetiva, vai transformar-se, ao longo deste período, num projeto de Estado moderno e principalmente da Igreja para disciplinar as mulheres da Colônia, fazendo-as partícipes da cristianização das Índias” (p. 45). Outros autores são por vezes menos explícitos acerca deste processo, mas não deixam de subentender que as estruturas imperiais e as colônias do ultramar possuíam um papel central no fortalecimento do poder do Estado e na consecução de seus objetivos mais ambiciosos.

Considerar, no entanto, o poder do Estado como um dado ou como o lugar por excelência da repressão da esfera privada mostra-se mais problemático do que os historiadores das mentalidades estão dispostos a admitir. Giovanni Levi, escrevendo sobre o início da era moderna na Itália, colocou que tais interpretações tendem a subavaliar o papel da realidade e dos poderes locais e a atribuir ao Estado central uma habilidade homogeneizadora que ele não possuía.<sup>12</sup> Independentemente da validade de tal afirmação para o restante da Europa como um todo, um trabalho recente sobre Portugal levantou sérias questões acerca da marcha da centralização e da extensão do poder real. Antonio Manuel Hespanha demonstrou que, ao menos até fins do século XVI, apenas 10% dos conselhos haviam recebido juízes de fora, deixando o poder nas mãos dos governos e interesses locais. A nobreza também mantinha então muito de sua autoridade e de seu poder econômico. Em 1640 as rendas senhoriais praticamente igualavam-se às da Coroa Portuguesa. Do ponto de vista do Império, em meados do século XVII, as sisas cobradas sobre a economia interna geravam mais rendimento do que as taxas cobradas no comércio de exportação e ultramar. Finalmente, o autor mostra que uma classe de burocratas havia emergido, constituindo-se como um poder

---

(10) Michell Vovelle referiu-se diretamente à possível relação existente entre abordagens materialistas e a história das mentalidades. Ver Vovelle (1990: 1-13).

(11) Ver a discussão sobre a “Hipótese repressiva” em Dreyfus & Rabinow (1983: 128-33).

(12) Cf. Levi (1988: 175). Argumento semelhante foi utilizado para a França por Muchembled (1985: 312-20).



alternativo ao da Coroa. A renda total dos oficiais reais e municipais excedia em muito aquela das maiores casas senhoriais e bispados, com grande parte da renda sendo proveniente de emolumentos do que mais propriamente de salários. Assim, era o oficialato, e não a Coroa, que estava absorvendo a mais-valia social.<sup>13</sup>

Ao se concentrar nas fontes de renda de Portugal, Hespanha não dá possivelmente a devida importância às formas com que a expansão ultramarina já fora responsável pelo fortalecimento do poder da Coroa. Mas seu trabalho, baseado em uma curiosa combinação de história jurídico-institucional alemã e italiana e um estudo quantitativo de fontes relativas às rendas de vários setores da sociedade portuguesa, levantou uma série de questões acerca da extensão e da penetração da autoridade central que tornam problemática a presunção de uma repressão ideológica estatal. Essa suposta repressão mantém-se, contudo, como pano de fundo de grande parte das informações levantadas pela nova história das mentalidades. Estes trabalhos utilizam uma variedade de formas, diversificando-se tanto em estudos da sociedade como um todo do tipo da tradicional “vida e tempo” como até em monografias detalhadas que examinam sujeitos tão diversos quanto os desvios religiosos e o corpo feminino.

“Vida cotidiana” é um campo histórico popular há muitos anos, como bem demonstram as contínuas publicações da série *La vie quotidienne* da editora Hachette. Os atrativos e a fascinação da história cultural ou das mentalidades são bastante evidentes no estudo de Luis Weckmann acerca do que ele chama de “a herança medieval do Brasil”, um livro semelhante àquele que escreveu sobre o México.<sup>14</sup> *La herencia medieval del Brasil* é um caldeirão de informações recolhidas num extenso processo de releitura das principais fontes primárias já editadas e da bibliografia escrita a respeito (parte dela já ultrapassada), enfatizando a matriz cultural européia da vida colonial brasileira. Este livro poderia se chamar “O velho mundo nos trópicos” (parafrazeando Gilberto Freyre).

O livro trata essencialmente da transferência de práticas, hábitos, vida material e costumes portugueses para o Brasil. Simplesmente porque Weckman considera o século XV como medieval, tudo que os portugueses levaram em suas mãos e mentes também tinha que ser medieval, um termo que, em sua análise, parece extrapolar o sentido meramente cronológico. Os leitores podem perceber que os velhos debates acerca da origem feudal ou capitalista do início da colonização ou sobre a natureza econômica da monocultura escravista açucareira e a conseqüente atitude dos senhores de engenho não exercem um papel importante nas considerações de Weckman sobre a herança medieval brasileira, mesmo que uma explicação “feudal” esteja implícita na obra.

Uma definição assim tão ampla e aberta permite que Weckman trate de uma vasta gama de tópicos interessantes e agradáveis – o nome Brasil, o culto da

---

(13) Uma edição espanhola um pouco modificada apareceu anteriormente, Hespanha (1989).

(14) Cf. Weckmann (v. 1, 1993).

Virgem Maria, práticas de pesca dos colonizadores – , sem que nenhuma teoria ou método coloque qualquer tipo de limitação ao tema. Há muito que o livro de George Foster, *Culture and contact: America's heritage*, forneceu uma maneira mais nuançada de olhar para tais transferências culturais. Foster (1960) argumentava que a seleção ocorria nos dois lados do processo, assim, a cultura colonial podia conter muitos elementos europeus mas sempre mergulhados em uma variante colonial, remontada com as partes desconstruídas da matriz. Weckman não explica as mudanças de práticas e instituições medievais na colônia. O Senado da Câmara, por exemplo, era uma instituição clássica de Portugal medieval mas, uma vez transplantado para o Brasil, foi alijado de grande parte da representação artesã. A Casa de Vinte e Quatro, órgão de representação das principais corporações de ofício, nem sequer chegou a funcionar. Será que essas mudanças representavam uma tentativa da Coroa ou dos primeiros grandes proprietários de terra de restringir as antigas “liberdades” ou refletiam o impacto da escravidão e da miscigenação no status dos artesãos? Qualquer que seja a explicação, a versão brasileira diferia da instituição portuguesa, representando a modernização ou colonização de uma instituição medieval. Questões similares poderiam ser colocadas quanto às transformações das sesmarias e práticas dotais, à função das ordens militares e um grande número de outras adaptações coloniais. Weckmann reverte a predominância da ênfase nos elementos indígenas e africanos da cultura colonial brasileira, uma constante desde o *Casa grande e senzala*, de Gilberto Freyre. Freyre também se interessava pelos antecedentes portugueses, mas ele e outros buscaram mostrar como a fusão de elementos culturais e sua transformação resultaram em algo singular. O livro de Weckmann é sobre transferência e não transformação e, sendo assim, limita-se a descrever e catalogar.

Emanuel Araújo, em seu *Teatro dos vícios: transgressão e transigência na sociedade urbana colonial*, retira suas informações daquelas mesmas fontes já publicadas e também do material bibliográfico disponível. Esse livro, modesto em suas intenções, é cuidadoso ao evitar coisa tão “insana quanto uma interpretação global da sociedade colonial”, mas, mesmo assim, fornece, a partir de materiais previamente publicados, informações sobre a vida cotidiana na colônia, “o teatro de todos os vícios”. Aqui a tese do Estado dominante e da posição quase santificada de seu líder é posta em oposição a uma sociedade treinada para depender em tudo do Estado e incapaz de alcançar sua própria satisfação no trabalho pelo bem-estar da comunidade. Tal perspectiva coloca o Estado como algo à parte da sociedade, ao invés de vê-lo como um representante de interesses de classe ou ao menos de parte deles.<sup>15</sup> Araújo baseia-se fundamentalmente em viajantes, misturando indiscriminadamente observações de três séculos em um relato que destaca os aspectos negativos da sociedade colonial: cidades sujas, más

---

(15) O autor segue as idéias de Faoro (1958). Para uma visão contrastante ver Joseph & Nugent (Ed.) (1994).

condições de saúde, prostituição, desvios sexuais, a exploração dos escravos – ou seja, uma imagem genérica do Brasil como o “berço da preguiça”.<sup>16</sup> Os sempre citados poemas de Gregório de Mattos – escandalosos, porém críticos –, os sermões do Padre Vieira e os anais impressos de duas visitas inquisitoriais à Bahia e Pernambuco servem como fontes básicas para este manual bem escrito sobre as fragilidades dos brasileiros nos tempos coloniais. Não é possível perceber, no entanto, nenhum tipo de princípio organizador por trás deste relato dos pecados brasileiros a não ser pela noção simples, mas questionável, de que todas essas transgressões representavam uma espécie de resistência à ordem estabelecida e que, apesar das leis e expectativas serem as mesmas em Portugal e no Brasil, práticas e mentalidades eram diferentes. Quando a história das mentalidades trabalha neste nível, ela pode servir de fonte de informação e entretenimento, mas não permite nenhum tipo de entendimento da formação da sociedade e de suas transformações.

Nenhuma outra fonte forneceu mais material para a história das mentalidades no Brasil, em suas várias dimensões, do que os arquivos da Inquisição portuguesa. As gerações anteriores de historiadores estavam limitadas às já publicadas denúncias e confissões das visitas inquisitoriais de 1591/93 e 1618, que ainda podem ser utilizadas com proveito, como demonstram os livros de Weckmann e Araújo. Mais recentemente, alguns historiadores, após examinarem diretamente os processos inquisitoriais em Lisboa, têm evocado uma nova visão do desvio e da repressão na colônia.<sup>17</sup>

Anita Novinsky, a principal historiadora brasileira a escrever sobre os cristãos-novos, fornece agora um guia para futuras pesquisas ao reproduzir os registros relativos a cristãos-novos nascidos ou morando no Brasil, tal qual aparecem no “rol dos culpados”, um catálogo manuscrito de todos os que foram presos pelo tribunal português entre 1605 e meados do século XVIII. *Inquisição, rol dos culpados: fontes para a história do Brasil, século XVIII* contém uma lista (com pequenas notas biográficas) de mais de 1.800 pessoas. Esse trabalho apresenta possibilidades futuras para as pesquisas sobre o tema, como também evidencia a contínua importância dos cristãos-novos no Brasil, especialmente no Rio de Janeiro e Minas Gerais setecentistas, décadas depois que as perseguições do século anterior tinham supostamente alcançado seu máximo. Esse volume poderá abrir novos caminhos para pesquisa, se bem que poderia ser ainda melhor se contivesse as referências aos arquivos e a localização dos nomes citados, incluindo nisso o próprio rol dos culpados. Novinsky anuncia que pretende publicar novos volumes sobre os cristãos-novos de Portugal e também sobre

---

(16) Muito de sua interpretação são reminiscências de Prado (1928). A preocupação avassaladora com a sexualidade e seus efeitos *enervantes* constitui um tema recorrente em grande parte do pensamento brasileiro acerca do passado da Nação.

(17) Um novo guia irá facilitar consideravelmente a utilização da extensiva coleção de fontes da Inquisição Portuguesa. Ver Farinha (1990).

aqueles que viviam em outras paragens. Tais projetos parecem justificáveis já que os cristãos-novos eram os principais alvos da Inquisição. Deve-se, no entanto, questionar a natureza de uma historiografia determinada pelos crimes de que eram acusados certos grupos, já que para a compreensão dos mecanismos da Inquisição parece fundamental o estudo conjunto de todos os tipos de crimes e acusações.

José Gonçalves Salvador demonstrou o problema inerente a este tipo de abordagem em seu livro *Os cristãos-novos em Minas Gerais durante o ciclo do ouro (1695/1755): relações com a Inglaterra*. O foco do trabalho é econômico e não propriamente social. Seu objetivo parece ser descobrir quem era ou não era um cristão-novo, um possuidor de “sangue hebreu”, e demonstrar sua disseminação e importância entre a população. A definição de cristão-novo para Salvador (que segundo ele é um sinônimo de judeu) tem pouco a ver com autopercepção, identidade e mesmo religião: é essencialmente a mesma definição utilizada pelos inquisidores, uma questão de sangue ou raça. Assim, qualquer um que tivesse um ancestral cristão-novo é incluído no grupo, mesmo que, em meados do século XVIII, a conversão de um ancestral já esquecido tivesse ocorrido há mais de dois séculos. Salvador demonstra que os cristãos-novos estavam entre os primeiros descobridores de ouro nas Minas, tornando-se comerciantes, mineiros, proprietários de escravos e proprietários de terras por toda a região e também no Rio de Janeiro – ou seja, eles essencialmente não se diferenciavam de qualquer outro imigrante português ou brasileiro branco. Sua pesquisa em documentos da inquisição traz muitas informações interessantes, porém sua incansável necessidade de demonstrar o destaque dos cristãos-novos leva a exageros e a interpretações mal construídas. Os leitores não podem, por exemplo, considerar aceitável a informação fornecida por um viajante de nome Froger de que 3/4 da população do Rio de Janeiro era composta por cristãos-novos, ou a afirmação de Gustavo Barroso, um folclorista integralista (autor de *thrillers* como *A sinagoga paulista* e editor da versão brasileira de *Protocols of the Elders of Zion*), de que os navios ingleses envolvidos no tráfico português de escravos eram todos propriedades de judeus portugueses.<sup>18</sup> Salvador aventava a intrigante possibilidade de que a caça de judeus pela inquisição tenha aumentado juntamente com o crescimento da produção aurífera. Considerando-se, no entanto, a existência de apenas um ou dois processos para a década de 1730 fica difícil sustentar o argumento de que as atividades da inquisição foram responsáveis pelo declínio das Minas Gerais. Acima de tudo, dadas as evidências a respeito da integração dos cristãos-novos na população em geral, por meio de casamentos e associações,

---

(18) Barroso, um folclorista e representante do Brasil na Conferência de Paz em Paris que se seguiu à Primeira Guerra Mundial, escreveu uma série de livros anti-semitas, incluindo *A sinagoga paulista* (1937a) e *Judaísmo, maçonaria e comunismo* (1937b). Barroso também foi editor (e defensor) do *forjado/falsificado Protocols of the Elders of Zion*. Ver *Protocolos dos Sábios de Sião* (2. ed. São Paulo: Minerva, 1936). Sobre o envolvimento dos judeus no tráfico de escravos ver Davis (1994: 14-16).

retirá-los de uma análise mais ampla tende a limitar, e não expandir, o entendimento de sua vida social e econômica.

Quando estudam-se cristãos-novos, homossexuais, bruxas, místicos e outros definidos pelas instituições como desviantes, sem que fiquem claras as ligações entre sua perseguição, as estruturas mentais subjacentes e as políticas do Estado, acaba-se lidando com uma realidade fragmentada que dificulta a síntese e pode tornar ainda mais difícil a compreensão destes grupos. Uma nova geração de estudiosos brasileiros provocou uma reavaliação do passado colonial, levando a um questionamento da antiga ênfase em estruturas econômicas e no poder do Estado. No entanto, permanece ainda sem definição a relação problemática entre estruturas, os poderes em jogo e as atitudes e idéias individuais.

Um estudo que busca preencher este vazio é *Inferno Atlântico: demonologia e colonização, séculos XVI-XVIII*, em que Laura de Mello e Souza expande seu trabalho anterior sobre o diabo no Brasil e coloca o país no contexto maior da expansão européia.<sup>19</sup> Utilizando o conceito de “heterologia” de Michel de Certeau e claramente influenciada por Carlo Ginzburg, tanto no que se refere ao tema quanto à abordagem, nestes ensaios sofisticados e intercomunicantes busca demonstrar de que forma a primeira etnografia da América parecia fornecer evidências de realidades satânicas e, assim, termina por redefinir a demonologia do Velho Mundo.<sup>20</sup> Não é de se espantar que Huichipocli tornou-se mais um nome de demônio na Alemanha. Tal como Sabine MacCormack, Mello e Souza demonstra como pré-concepções européias sobre bruxaria e o demônio moldaram as formas com que as práticas americanas foram percebidas, registradas e extirpadas.<sup>21</sup> Esta interação entre as idéias do Velho Mundo e as realidades do Novo Mundo era não só um processo complexo, como também em transformação.

Mello e Souza sugere caminhos que permitem compreensões e percepções ligadas a outros aspectos da vida. Ao tratar do desenvolvimento paralelo da demonologia e da centralização do Estado, ela destaca que a demonização de crenças e práticas heterodoxas estava de alguma forma relacionada à crescente autoridade e ao monopólio do poder tanto do Estado em si quanto da Igreja Católica. Em alguns momentos, no entanto, Mello e Souza amplia demais as metáforas e imagens infernais. Seu argumento de que o degredo, por exemplo, tornava o Brasil uma espécie de purgatório exerce uma certa atração metafórica, mas não parece tão convincente se considerarmos que a vila fronteira de Castro Marim, no Algarve, era o destino mais freqüente dos degredados.<sup>22</sup> Em alguns

---

(19) Ver Mello e Souza (1986).

(20) Grande parte dos recentes estudos sobre bruxaria, bem como daqueles destinados à reconstrução de microhistórias a partir dos documentos da Inquisição, baseiam-se no trabalho de Carlo Ginzburg, que foi sensível aos problemas metodológicos inerentes à utilização deste material. Ver notadamente Ginzburg (1991, 1989). Ver também o debate entre Ginzburg, Edoardo Grendi, e Jacques Revel, *Sulla microhistoria (Quaderni Storici)*, v. 86, n. 2, p. 511-75, ago. 1994).

(21) Cf. MacCormack (1991) e Quevedo (1994).

(22) Ver Coates (1993: 340-45). Ver também Le Goff (1981).

momentos, ela perde a oportunidade de deixar mais clara a relação entre mentalidades e o Estado. Mello e Souza apresenta um capítulo sobre as fontes consultadas pelo jesuíta italiano Giovanni Botero e sua surpreendente *inclusão* de informações sobre o culto sincrético da santidade entre os índios brasileiros e suas implicações no progresso do demônio. A identidade de Botero como o autor *Della ragion di stato* (1598), um dos clássicos antimaquiavélicos da Europa católica, poderia ter sido considerada uma grande oportunidade para se analisar como seu conhecimento do Brasil poderia ter influenciado sua visão do Estado, possibilitando um exame mais cuidadoso das relações entre a doutrina católica, o controle das mentalidades populares e o crescimento do poder do Estado.<sup>23</sup>

*Inferno Atlântico* é, de qualquer maneira, um estudo matizado e penetrante da religião popular e do poder da elite, que gera tantas questões quanto responde. Primeiramente fica a questão: por que o diabo parecia fazer tão pouco progresso em Portugal e por extensão no Brasil ou, mais precisamente, por que a Igreja Católica parecia lhe prestar tão pouca atenção?<sup>24</sup> Certamente, poder-se-ia pensar que a colônia, com seus africanos, habitantes nativos e suas respectivas práticas, constituía um solo mais fértil para a difusão da bruxaria e artimanhas do demônio. Mas, na verdade, poucos casos foram processados. Nesse aspecto, o Brasil parecia com sua metrópole. Um estudo sobre a Inquisição de Évora demonstrou que entre 1547 e 1668, de um total de 8.644 pessoas punidas pelo Santo Ofício, apenas 100 foram julgadas por bruxaria, enquanto mais de 7.000 (84%) o foram por práticas judaizantes.<sup>25</sup> Portugal não se mostrava excepcional no que se refere à falta de perseguições a bruxas. A inquisição aragonesa processou apenas uma bruxa num total de 2.000 indiciados, entre 1500 e 1600, após 1610 até mesmo as denúncias tornaram-se raras. Mesmo que William Monter esteja correto em sua suposição de que os processos por bruxaria eram caros e traziam poucos dividendos, a fraqueza do demônio na Península Ibérica deve ter outras explicações.<sup>26</sup> Em comparação com o fenômeno no resto da Europa, a falta de interesse por bruxas parece um “traço ibérico”.

Aqui os estudiosos confrontam-se com uma das principais questões teórico-metodológicas, inerente a qualquer tipo de análise social, especialmente problemática em trabalhos que tratam com os documentos da Inquisição. Da mesma forma que os conflitos criam as classes, não sendo o inverso válido, os grupos devem ser estudados de maneira relacional pois de sua interação nasce a sociedade. Ao se concentrarem em bruxas, cristãos-novos, homossexuais ou pecadores – identidades formadas a partir das acusações e atribuídas por pesquisadores modernos ou contemporâneos – tais estudos tendem a obscurecer o programa da Inquisição e sua aplicação geral de poder. Os julgamentos dos vários

---

(23) Cf. Botero (1992).

(24) O melhor estudo contemporâneo é de Bethencourt (1987).

(25) Ver Coelho (1987).

(26) Cf. Monter (1990: 255-76).

crimes estavam claramente interligados. Mesmo que um dos objetivos fosse a repressão de todos os tipos de comportamentos e crenças desviantes, havia uma hierarquia de controle referente à severidade das ameaças à ordem social. Assim, apesar do Tribunal de Évora ter sozinho perseguido 7.000 cristãos-novos, até 1768 todos os tribunais portugueses juntos prenderam apenas 447 sodomitas.<sup>27</sup> Para a Inquisição de Évora, o período mais intenso de caça às bruxas seguiu-se ao perdão geral a todos os cristãos-novos, em 1547. Em Portugal e no Brasil dos séculos XVI e XVII, os alvos preferenciais eram, sem dúvida, os cristãos-novos. O número de julgamentos e a severidade das punições que lhes eram infligidas tornam óbvia sua primazia e, como demonstra Anita Novinsky, eles permaneceram uma grande preocupação para o Santo Ofício durante ainda quase todo o século XVIII.<sup>28</sup> A maneira com que este programa influenciou a percepção e tratamento de outras formas de comportamento considerados desviantes permanece uma história ainda não escrita que deve ser tratada pelos historiadores das mentalidades. Esse tipo de abordagem também irá facilitar o entendimento do poder do Estado, das relações de classe, das ideologias bem como das bases materiais da sociedade.

A demonização do outro não era, além do mais, uma atitude reservada aos subordinados coloniais. Desde a antiguidade, as mulheres eram vistas como agentes do pecado e do mal.<sup>29</sup> Em *Ao sul do corpo: condição feminina, maternidade e mentalidades*, Mary del Priore percebe os corpos femininos no Brasil colonial como verdadeiros campos de batalha em que se enfrentavam a ideologia oficial, as atitudes populares e os projetos do Estado. O papel de mãe prescrito às mulheres e sua função reprodutora constituem o foco central do livro, mesmo que aspectos como sexualidade, casamento e doença também sejam examinados. Priore obteve um grande número de documentos no Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo, mas a base de suas fontes é constituída por tratados médicos e religiosos que ela analisou cuidadosamente em busca de idéias misóginas.

Os resultados são fascinantes. Descortina-se uma ideologia religiosa que via a mulher como a “santa mãe” e que deixava pouco espaço para a sexualidade feminina, especialmente fora da instituição sagrada do matrimônio, por meio da qual elas deveriam encontrar seu lugar na sociedade. O papel primeiro das mulheres era o de procriação, mas o fato de serem apenas o receptáculo do sêmen ou de terem efetivamente algum papel na natureza de seus filhos constituía-se uma

---

(27) Cf. Mott (1992: 703-38).

(28) As poucas execuções ordenadas pela Inquisição em meio ao grande número de prisões efetuadas levaram alguns historiadores a cunharem uma visão um tanto benigna do Santo Ofício. Esta questão merece, no entanto, um estudo comparativo do número de execuções e prisões efetuadas pela Inquisição com aquelas levadas a cabo pelos tribunais civis. Timothy Coates sugeriu que a execução da pena capital era extremamente rara nas cortes civis portuguesas, as quais favoreciam o degredo, e se a elas comparado, o Santo Ofício mostrava-se muito mais rigoroso, especialmente diante de práticas judaizantes. Ver Coates (1993: 35-72). Antonio Manuel Hespanha coloca que entre 1600 e 1800 costumavam-se executar apenas duas pessoas por ano, mas que a aplicação da pena capital no século XVIII foi muito mais comum do que no século anterior. Ver Hespanha (1993: 213-16).

(29) Ver Delumeau (1978: 398-449).

questão de disputa, ao menos entre as autoridades médicas. A sexualidade feminina estava diretamente associada ao pecado e à luxúria, que levavam inquestionavelmente às doenças. O capítulo de Priore sobre a “madre” (a vagina e o útero), seus segredos, encantamentos e perigos de acordo com o pensamento popular e os discursos eruditos mostra o quanto este tipo de pesquisa pode se afastar dos paradigmas que dominaram a historiografia brasileira.

A abordagem de Priore levanta uma das questões teóricas centrais na história das mentalidades, o problema identificado por Mikhail Bakhtin, ou seja, qual é a relação entre cultura erudita e cultura popular? Até que ponto a cultura popular é uma forma de resistência e como podem os historiadores chegar a ela se as manifestações populares estão sempre filtradas por fontes escritas e, assim, corrompidas?<sup>30</sup> Em *Ao sul do corpo*, os historiadores são confrontados com uma quantidade considerável de fascinantes escritos misóginos de origem médica e teológica sobre a sexualidade e os corpos femininos, porém grande parte deste material foi publicado em Portugal e normalmente por homens que nunca estiveram no Brasil. Priore quase não traz evidências demonstrando que os brasileiros realmente acreditavam em tais idéias. Isto é especialmente importante se considerarmos que os documentos da Inquisição têm demonstrado que muito do que os teólogos ensinavam acerca do valor da castidade, do culto dos santos, das almas dos índios e da natureza do pecado não era de forma alguma aceito. Assim, existem também boas razões para suspeitar que o que os médicos diziam a respeito dos corpos femininos também era questionado, filtrado ou reformulado. Estudos semelhantes para outras regiões, também no início da era moderna, baseados fundamentalmente em registros das opiniões dos pacientes, revelam que estes mantinham um entendimento de seus corpos e um discurso sobre o assunto bastante diferentes daqueles dos eruditos.<sup>31</sup> Priore não possuía estas informações. Apesar de seu esforço em utilizar relatos de viajantes, documentos inquisitoriais e fontes da Cúria de São Paulo, ao lado dos tratados médicos e religiosos, a falta de evidências sobre a aceitação de muitas dessas idéias não passa despercebida. Os dois tipos de fontes, tratados eruditos e evidências locais, não chegam a ser totalmente complementares, o que pode ser percebido pelo fato de diferentes capítulos se basearem em um ou outro tipo documental. Priore tenta ultrapassar este silêncio acerca da literatura médica e teológica por meio da utilização de estudos paralelos para a França, uma tática sugestiva mas, ao final, pouco satisfatória. Acima de tudo, sua inabilidade para examinar a disparidade entre as atitudes populares (especialmente das mulheres) e as opiniões publicadas sobre

---

(30) Cf. Bakhtin (1968). Ver também a discussão em Gruzinski & Alberro (1979: 25-40). Muchembled defende a emergência de uma “cultura de massa”, uma cultura para as massas produzida e dominada pela elite, destinada a substituir a cultura popular e a reforçar a ordem social e política então existente. Ver Muchembled (1985: 279-311).

(31) Ver, por exemplo, Pomata (1994: 247-87) e Duden (1991). Comparar com Gélis (1991).



tais questões demonstra a dificuldade de se abraçar a história das mentalidades, bem como recoloca a centralidade do “problema bakhtiniano”.

Finalmente, apesar de Priore fornecer pistas, ela não responde de que maneira o crescimento do controle sobre o corpo das mulheres acompanhou o fortalecimento do Estado ou como o meio colonial tornou tal processo no Brasil diferente daquele em Portugal. A esse respeito, Bakhtin poderia ter sido novamente utilizado como ponto de referência devido à sua ênfase no fato de que a falta de controle sobre os carnavais populares indicava o aumento do poder da autoridade central e suas crescentes tentativas de controlar os corpos de seus súditos.<sup>32</sup> *Ao sul do corpo* toma a direção oposta, trabalhando com a história particular das mulheres ao invés de tomar o rumo de uma história mais abrangente, ligando a história do corpo, especificamente o corpo feminino, ao seu uso como símbolo político e “transmissor de intenções e ações políticas” justamente em um período em que a imagem de um corpo político orgânico estava sendo cada vez menos utilizada.<sup>33</sup>

Apesar das mulheres permanecerem fundamentalmente silenciosas em *Ao sul do corpo*, o período colonial esteve povoado por mulheres excepcionais que eventualmente despontaram na esfera social. Uma das maneiras com que as mulheres podiam ganhar reconhecimento público e serem ouvidas era como místicas e visionárias. A Igreja não lhes negava esse papel, apesar das autoridades eclesiásticas mostrarem-se sempre cautelosas em tais situações. No século XVIII, a inquisição portuguesa puniu ao menos 30 embusteiras e, em uma sociedade escravista multirracial como a brasileira, as autoridades estavam sempre atentas a possíveis ameaças à ordem existente. A história dessas visionárias e sua recepção oferece novos olhares acerca da estrutura social e das mentalidades; uma vez escritos com habilidade e perspicácia, tais estudos trazem à tona até mesmo os grupos e indivíduos mais desprezados e marginais.

Um estudo deste quilate é *Rosa Egípcíaca: uma santa africana no Brasil*, por Luiz Mott. Esta impressionante biografia relata a vida de uma notável garota africana trazida ao Brasil como escrava em inícios do século XVIII, estuprada por seu senhor e forçada a se prostituir. Ela foi levada, então, por inspiração divina ou por uma astuta autoconstrução, com ajuda de um confessor manipulativo, a viver uma vida de santidade como uma beata e mística. Apesar de perseguida e punida pelas autoridades eclesiásticas, foi muito reverenciada pela população do Rio de Janeiro setecentista. Mesmo que Rosa tenha fundado uma casa de recolhimento para mulheres e tenha escrito um tratado teológico, sua pretensão de santidade e seu papel autoproclamado de ama de leite de Jesus resultou finalmente em sua prisão pela Inquisição e seu interrogatório pelo Tribunal de Lisboa. Rosa

---

(32) Dorinda Outram apresenta uma discussão acerca das diferentes posições defendidas por Michel Foucault e Norbert Elias quanto ao surgimento do estado e da repressão ao corpo (Outram, 1989: 6-26); ver Foucault (1977) e Elias (1982).

(33) Cf. Outram (1989: 21).

desapareceu dos registros históricos em 1765, sendo que a resolução de seu julgamento e seus últimos anos continuam desconhecidos.

Mott, a partir dos registros de duas investigações inquisitoriais e 55 cartas encontradas junto ao arquivo de seus perseguidores, narra com detalhes meticulosos a extraordinária biografia de Rosa. Ele utiliza sua vida como um meio para discutir a sociedade e as estruturas mentais do século XVIII brasileiro, sem nunca perder de vista a natureza escravista e multirracial daquela sociedade. *Rosa Egípcíaca* é uma obra tão excessiva quanto a arte e arquitetura barrocas mineiras e cariocas, em que se passa a biografia. Existem muitas digressões, algumas delas bastante longas: a dieta e os programas alimentares das freiras do Rio de Janeiro, o papel da saliva no Brasil colonial e muitos outros detalhes apresentados de forma a contextualizar e fornecer os antecedentes da história de Rosa. Mott também visitou a maioria dos lugares mencionados, descrevendo com detalhes os edifícios e locações que serviram de pano de fundo. De certa maneira, o livro trata tanto da odisséia de Mott quanto de Rosa. As descrições e digressões, baseando-se em viajantes do século XIX como em relatos da empregada de Mott, trazem cor, charme e detalhes fascinantes. O produto final, no entanto, foi um livro rico, porém longo e algo difuso.

O tom moralista do autor deixa o leitor ainda mais aturdido, especialmente no que se refere a temas como sexualidade e liberdade pessoal, ainda que não haja razão para surpresa a esse respeito. Mott, um proeminente antropólogo e etno-historiador brasileiro, é há muito um defensor destacado e clamoroso dos direitos dos homossexuais no Brasil. Esta vivência tem um significado no presente contexto, já que sua preocupação com a sexualidade e seu controle funciona como uma chave que lhe dá acesso ao funcionamento interno da religião e da vida no Brasil colonial. Em certos momentos, porém, torna-se um tema intrusivo que ele destaca para criticar a repressão passada e presente. Apesar da aceitação deste tipo de abordagem variar de acordo com preferências pessoais, a conjugação de um programa político com a análise e descrição históricas parece-me mais uma distração que uma contribuição. Mesmo assim, para os leitores que conseguem agüentar a catequese, enquanto Mott circula incessantemente entre os vários tópicos – a história da vida de Rosa, a doutrina da Igreja e as reações das autoridades –, muito se pode aprender com *Rosa Egípcíaca*.

O estudo das mentalidades no Brasil colonial mostra-se extremamente difícil para os pesquisadores contemporâneos devido ao contexto profundamente católico em que operava. Até mesmo para os céticos, não-praticantes, adoradores do demônio, africanos, cristãos-novos e sincréticos, o contexto geral das crenças no Brasil e do mundo mental estava completamente mergulhado em códigos e imagens da doutrina e prática católicas. Apesar da crença não ser um pré-requisito, nossa visão secular moderna ajuda-nos pouco na compreensão daquela visão de mundo e nosso treino como historiadores é impressionantemente pobre no que se

refere aos atributos necessários para esse tipo de estudo. O campo da história intelectual latino-americana, a mais arcaica e obscura das áreas, há pouco que renasceu devido à releitura da teologia católica a partir da percepção das culturas indígenas e as formas com que moldou sua transformação ou foi por elas reincorporada.<sup>34</sup> O que Mott faz, provavelmente melhor do que qualquer outro historiador brasileiro contemporâneo, é descrever as ferramentas do catolicismo popular brasileiro: a fundação do convento, a história de Santa Egipcíaca, a popularidade do culto de Santana, a natureza da santidade franciscana e a disseminação do culto do Sagrado Coração de Jesus no século XVIII. As discussões de Mott evidenciam a grande força da história das mentalidades, mas também desnudam seu potencial para escolher o estranho e o curioso, relegando temas significativos para o pano de fundo.

Apesar da considerável misoginia das sociedades ibéricas do início da era moderna, o papel de guias religiosos e visionários acabava algumas vezes por colocar as mulheres em posições de relativa influência. Rosa Egipcíaca poderia ter alcançado o sucesso e a autoridade de Santa Rosa de Lima ou de Santa Teresa d'Ávila, sendo ao final santificada. Mas, ao contrário, ela sofreu o mesmo destino de Madrileña Lucrecia de Leon: a repressão e a obscuridade.<sup>35</sup> As visões de Rosa Egipcíaca tornaram-se excessivas e suas afirmações heréticas. As autoridades eclesiásticas não podiam aceitar suas alegações de que Cristo renasceria de seu corpo, que ela seria a noiva da Santíssima Trindade, que seu lar para mulheres seria a nova arca de Noé ou que ela era Deus. Mott argumenta que, como uma mulher negra, forra, ex-prostituta e aclamada pelo povo, ela representava uma ameaça para muitos aspectos da ordem racial e social e, por isso, tinha que ser controlada e silenciada. Assim, Mott nunca perde de vista o contexto socioeconômico em que Rosa se encontrava. O que ele deixa de enfatizar, no entanto, é que o crescente controle das autoridades eclesiásticas sobre uma religião popular voltada para o êxtase não era um fenômeno restrito a situações coloniais, mas uma tendência geral do catolicismo pós-Concílio de Trento.

O estudo de Mott, bem como o de Priore e Mello e Souza, colocam as estruturas mentais no centro das atenções, colocando o que era visto então como comportamento desviante no foco de suas análises. Tais trabalhos, no entanto, não rejeitam ou questionam a historiografia mais tradicional que descreve o Brasil como uma sociedade colonial escravista voltada para a produção de exportação. Estes três livros não optaram pela “reviravolta lingüística” que enfatiza o que se dizia e como e, não, o que era feito, e mesmo os trabalhos de Mott e Priore, em que questões de gênero têm um papel central, não estão “estranhamente ligados às

---

(34) Como exemplos ver MacCormack (1991); Bernand & Gruzinski (1988) e *La venida del reino: religión, evangelización y cultura en América* (ed. por Gabriela Ramos, 1994).

(35) Ver Kagan (1990); Franco (1989), especialmente *Writers in spite of themselves: the mystical nuns of seventeenth-century México* (p. 3-22). Para uma visão mais geral das mulheres visionárias e da reação da Igreja Católica Imirizaldu (1977) e Sánchez Lora (1988).

preocupações centrais” de sua área. Eles continuam vinculados aos conceitos tradicionais de análise histórica e à imagem do Brasil colonial construída nos últimos 50 anos.<sup>36</sup> A grande contribuição dos historiadores das mentalidades no Brasil foi a expansão dos temas de pesquisa e o conseqüente enriquecimento das antigas abordagens socioeconômicas. A tarefa de examinar como exatamente as idéias populares influenciaram as ações e políticas das autoridades e como e sob que condições as esferas pública e privada interagem permanece intocada. No final todas as questões de relações de classe e comportamento econômico estão contidas nas estruturas mentais – ou será o inverso? Até mesmo na análise político-econômica de Fragozo e Florentino as formas como os ideais aristocráticos da elite mercantil afetavam seu comportamento econômico aparecem como centrais para a compreensão do sistema colonial. A relação dinâmica entre a maneira com que os indivíduos percebem e descrevem seu mundo e a condição material de sua existência – o velho debate sobre estrutura versus superestrutura – não é facilmente explicável, mas torna a história das mentalidades um aspecto essencial da história social no Brasil e no resto do mundo.

Stuart Schwartz é professor titular de  
História da América Latina do  
*Department of History – Yale University, EUA.*

### **Bibliografia**

- ARAÚJO, Emanuel. *O teatro dos vícios: transgressão e transigência na sociedade urbana colonial*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993. p. 362.
- BAKHTIN, Mikhail. *Rabelais and his world*. Cambridge: MIT Press, 1968.
- BARICKMAN, Bert. *The slave economy of nineteenth-century Bahia: export agriculture and local markets in the Recôncavo, 1780-1860*. University of Illinois, 1991. (Ph.D. Diss.).
- \_\_\_\_\_. A bit of land they call *roça*: slave provision grounds on sugar plantations and cane farms in the Bahian Recôncavo, 1780-1860. *Hispanic American Historical Review*, v. 74, n. 4, p. 649-88, Nov.1994.
- BARROSO, Gustavo. *A sinagoga paulista*. Rio de Janeiro: ABC, 1937a.
- \_\_\_\_\_. *Judaísmo, maçonaria e comunismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1937b.
- BERNARD, Carmen, GRUZINSKI, Serge. *De l'idolatrie: une archeologie des sciences religieuses*. Paris: Editions du Seuil, 1988.
- BETHENCOURT, Francisco. *O imaginário da magia: feitiçeiros, saladores e nigromantes no século XVI*. Lisboa: Projeto Universidade Aberta, 1987.

---

(36) Compare Scott (1987: 1-13). Ver também Canning (1994: 368-404).

- BOTERO, João. *Da razão de estado*/Ed. por Luis Reis Torgal. Trad. do italiano por Raffaella Longobardi Ralha. Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1992.
- BRENNER, Robert. *Merchants and revolution: commercial change, politic conflict, and a London's overseas traders, 1550-1563*. Princeton: Princeton University Press, 1993.
- BROWN, Larissa. *Internal commerce in a Colonial economy: Rio de Janeiro and its Hinterland, 1790-1822*. University of Virginia, 1986. (Ph.D. Diss.).
- CAIN, P. J., HOPKINS, A.G. *British imperialism: innovation and expansion, 1688-1914*. London: Longman, 1993.
- CANNING, Katheleen. Feminist history after the linguistic turn: historicizing discourse and experience. *Signs*, v. 19, n. 2, Winter 1994.
- CARDOSO, Ciro F. *Agricultura, escravidão e capitalismo*. Petrópolis: Vozes, 1979.
- CARDOSO, Fernando Henrique. Livros que inventaram o Brasil. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 37, p. 21-35, nov. 1993.
- COATES, Timothy J. *Exiles and orphans: forced and State-sponsored colonization in the Portuguese Empire, 1550-1720*. University of Minnesota, 1993. (Ph. D. Diss.).
- COELHO, Antonio Borges. *Inquisição de Evora*. Lisboa: Caminho, 1987. 2v.
- COSTA, I. Del Nero. *Arraia-miúda: um estudo sobre os não-proprietários de escravos no Brasil*. São Paulo: MSGP, 1992. p. 159.
- DAVIS, David B. The slave trade and the jews. *New York Review of Books*, p. 14-16, Dec. 22, 1994.
- DELUMEAU, Jean. *Le peur en Occident*. Paris: Fayard, 1978. p. 398-449.
- DREYFUS, Hubert L., RABINOW, Paul. *Michel Foucault: beyond structuralism and hermeneutics*. 2. ed. Chicago: University of Chicago Press, 1983. p. 128-33.
- DUDEN, Barbara. *The woman beneath the Skin: a doctor's patients in eighteenth-century Germany*. Cambridge: Harvard University Press, 1991.
- ELIAS, Norbert. *Power and civility: the civilizing process*/Trad. por Edmund Jephcott. New York: Pantheon, 1982.
- FAORO, Raimundo (1958). *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 2. ed. São Paulo: Globo, 1975. 2v.
- FARINHA, Maria do Carmo Jasmins Dias. *Os arquivos da Inquisição*. Lisboa: Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 1990.
- FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do Tráfico Atlântico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.
- FLORY, Era, SMITH, David. Bahian merchants and planters in the seventeenth and eighteenth centuries. *Hispanic American Historical Review*, v. 58, n. 4, p. 571-94, Nov. 1978.

- FOSTER, George. *Culture and conquest: America's Spanish heritage*. New York: Wenner-Cren Foundation, 1960.
- FOUCAULT, Michel. *Discipline and punish/Trad. por Alan Sheridan*. New York: Pantheon, 1977.
- FRAGOSO, J. L. R. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na Praça Mercantil do Rio de Janeiro, 1790-1830*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992. p. 324.
- \_\_\_\_\_, FLORENTINO, M. *O arcaísmo como projeto: Mercado Atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro, c. 1790-1840*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1993.
- FRANCO, Jean. *Plotting women: Gender and representation in Mexico*. New York: Columbia University Press, 1989.
- \_\_\_\_\_. *Writers in spite of themselves: the mystical nuns of seventeenth-century Mexico*. In: \_\_\_\_\_. *Plotting women: Gender and representation in Mexico*. New York: Columbia University Press, 1989. p. 3-22.
- GÉLIS, Jacques. *History of childbirth: fertility, pregnancy, and birth in early modern Europe*. Boston, Northeastern University Press, 1991.
- FREYRE, Gilberto. *Casa grande e senzala*. Rio de Janeiro: Maia e Schmidt, 1933.
- GINZBURG, Carlo. *Clues, myths, and the historical method/Trad. por John e Anne Tedeschi*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1989.
- \_\_\_\_\_. *Ecstasies: deciphering the witches' Sabbath/Trad. por Raymond Rosenthal*. New York: Pantheon, 1991.
- GOLDSTONE, Jack A. *Revolution and rebellion in the early modern world*. Berkeley: University of California Press, 1991.
- GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. São Paulo: Ática, 1978.
- GRUZINSKI, Serge, ALBERRO, Solange. *Introducción a la historia de las mentalidades*. Cidade do México: Departamento de Investigaciones Históricas, 1979. (INAH Cuadernos de Trabajo, n. 24).
- HESPAÑA, Antonio Manuel. *As vésperas do Leviathan: instituições e poder político, Portugal sec. XVII*. Lisboa: Pedro Ferreira Artes Gráficas, 1986. 2 v., p. 742.
- \_\_\_\_\_. *Vísperas del Leviatán: instituciones y poder político (Portugal, siglo XVII)*. Madrid: Taurus Humanidades, 1989.
- \_\_\_\_\_. *De iustitia a disciplina, La gracia del derecho: economía de la cultura en la edad moderna*. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1993.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: José Olympio, 1936.
- IMIRIZALDU, Jesús de. *Monjas y beatas embaucadoras*. Madrid: Editora Nacional, 1977.

- JOSEPH, Gilbert M., NUGENT, Daniel (Ed.). *Everyday forms of State formation: revolution and the negotiation of rule in modern Mexico*. Durham: Duke University Press, 1994.
- KAGAN, Richard. *Lucrecia's dreams: politics and prophecy in sixteenth-century Spain*. Berkeley: University of California Press, 1990.
- KICZA, John E. The great families of Mexico: elite maintenance and business practices in late Colonial Mexico City. *Hispanic American Historical Review*, v. 62, n. 3, p. 429-57, Aug. 1982.
- LAPA, José Roberto do Amaral. *O antigo sistema colonial*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- LE GOFF, Jacques. *The birth of purgatory*/Trad. por Arthur Goldhammer. Chicago: University of Chicago Press, 1981.
- LEVI, Giovanni. *Inheriting power: the story of an exorcist*/Trad. por Lydia G. Cochrane. Chicago: University of Chicago Press, 1988.
- LUGAR, Catherine. *The merchant community of Salvador, Bahia 1780-1830*. Stony Brook: State University of New York, 1980. (Ph. D. Diss.).
- MACCORMACK, Sabine. *Religion in the Andes: vision and imagination in early Colonial Peru*. Princeton: Princeton University Press, 1991.
- MARTINS, Roberto Borges. *A economia escravista de Minas Gerais no século XIX*. Belo Horizonte: Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, n. 10, 1980.
- MARTINS FILHO, Amilcar, MARTINS, Roberto Borges. Slavery in a non-export economy: nineteenth-century Minas Gerais revisited. *Hispanic American Historical Review*, v. 63, n. 3, p. 537-69, Aug. 1983.
- MAXWELL, Kenneth. The Atlantic in the eighteenth century: a southern perspective on the need to return to the 'big picture'. *Transactions of the Royal Historical Society*, 6th. ser., n. 3, p. 209-36, 1993.
- MELLO E SOUZA, Laura de. *O diabo na Terra de Santa Cruz*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- \_\_\_\_\_. *Inferno Atlântico: demonologia e colonização, séculos XVI-XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p. 263.
- MONTER, William. *Frontiers of heresy: the Spanish inquisition from the Basque Land to Sicily*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990. p. 255-76.
- MOTT, Luiz. *Justitia et misericordia: a inquisição portuguesa e a repressão ao nefando pecado da sodomia*. In: INQUISIÇÃO: ensaios sobre a mentalidade, heresia e arte/Ed. por Anita Novinsky e Maria Luiza Tucci Carneiro. São Paulo: EDUSP, 1992. p. 703-38.
- \_\_\_\_\_. *Rosa Egípcia: uma santa africana no Brasil*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1993. p. 749.
- MUCHEMBLED, Robert. *Popular culture and elite culture in France, 1400-1750*/Trad. por Lydia G. Cochrane. Baton Rouge: Louisiana State University Press, 1985. p. 312-20.

- NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na crise do antigo regime (1777-1808)*. São Paulo: HUCITEC, 1979.
- NOVINSKI, A. *Inquisição, rol dos culpados: fontes para a história do Brasil, século XVIII*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1992. p. 195.
- OUTRAM, Dorinda. *The body and the French Revolution: sex, class, and political culture*. New Haven: Yale University Press, 1989.
- POMATA, Gianna. *La promessa de Guarigione: Malati e curatori in antico regime. Bologna, XVI-XVIII secolo*. Roma: Laterza, 1994.
- PRADO, Paulo (1928). *Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira*. 6. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1962.
- PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Martins, 1942.
- PRIORE, M. del. *Ao sul do corpo: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993. p. 358.
- QUEVEDO, Francisco. *The Devil in the new world*. New Haven: Yale University Press, 1994.
- RAMOS, Gabriela (Ed.). *La venida del reino: religión, evangelización y cultura en América*. Cuzco: Centro de Estudios Regionales Andinos 'Bartolomé de las Casas', 1994.
- RUSSEL-WOOD, A. J. R. *Fidalgos and philanthropists: the Santa Casa da Misericórdia da Bahia, 1550-1750*. Berkeley/Los Angeles: University of California Press, 1968.
- SALVADOR, J. G. *Os cristãos-novos em Minas Gerais durante o ciclo do ouro (1695-1755): relações com a Inglaterra*. São Bernardo do Campo, SP: Pioneira, 1992. p. 197.
- SÁNCHEZ LORA, Luis. *Mujeres, conventos y formas de la religiosidad barroca*. Madrid: Fundación Universitaria Española, 1988.
- SIMONSEN, Roberto. *História econômica do Brasil*. 4. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1962.
- SCHWARTZ, Stuart B. Peasants and slavery: feeding Brazil in the late Colonial period. In: \_\_\_\_\_. *Slaves, peasants, and rebels: reconsidering Brazilian slavery*. Urbana: University of Illinois Press, 1992. p. 65-102.
- SCOTT, John W. On language, gender, and working-class history. *International Labor and Working-Class History*, v. 31, Spring 1987.
- SOCOLOW, Susan. *The merchants of Buenos Aires, 1778-1810*. Cambridge: Cambridge University Press, 1978.
- STONE, Lawrence. *Crisis of the aristocracy, 1558-1641*. Oxford: Oxford University Press, 1965.
- STONE, Jeanne C. Fawtier. *An open elite? England, 1540-1880*. Oxford: Oxford University Press, 1984.
- VERGER, Pierre. *Flux e reflux de la traite des negres entre le golfe de Benin et Bahia de Todos os Santos*. Paris: Mouton, 1968.



VOVELLE, M. Ideologies and mentalities: a necessary clarification. In: IDEOLOGIES and mentalities. Chicago: University of Chicago Press, 1990. p. 1-13.

WECKMANN, L. *La herencia medieval del Brasil*. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 1993. 2v., p. 397.

### **Resumo**

Este artigo de resenha pretende discutir parte da recente produção historiográfica, que busca redefinir e redirecionar o estudo do passado colonial brasileiro. Até recentemente, a moderna historiografia brasileira tratava preferencialmente de assuntos relativos a economia política, pacto colonial, questões concernentes à escravidão e anomalias decorrentes de uma sociedade multiracial. Historiadores de linhas radicalmente diferentes chegaram a um consenso quanto à idéia do Brasil como uma colônia mercantilista cuja economia se estruturava no latifúndio escravista orientado para exportação, liderada por uma aristocracia de fazendeiros que determinava de várias formas sua vida social, mesmo nas regiões não dedicadas a produtos de exportação. Se este consenso dominou o pensamento histórico brasileiro por meio século, ele passa hoje por uma séria revisão. O ataque tem partido tanto de historiadores que ainda vêm os tradicionais temas marxistas de estrutura econômica e suas relações com a organização da sociedade como os mais apropriados objetos de análise, como também de uma nova geração de estudiosos mais interessados nas atitudes e idéias que se formaram em meio a estas estruturas e relações que no fenômeno propriamente dito.

**Palavras-chave:** Historiografia; Brasil – História econômica; História das mentalidades; História colonial.

### **Abstract**

This review essay will survey some of the recent historical production seeking to redefine or redirect the study of the Brazilian colonial past. Until recently, modern historiography on Brazil reflected heavy concentration on political economy, the colonial arrangement, the issues related to slavery, and the anomalies of a multiracial society. A consensus view emerged among historians of radically different political and methodological persuasions which envisioned Brazil as a mercantilist colony with an economy structured by its export orientation and slave-based latifundia, headed by a planter aristocracy which determined its social life in many ways, even in nonplantation regions. This consensus dominated historical reflection about Brazil for half a century but is now under serious scrutiny. The attack is being mounted by historians who still view the traditional Marxist themes of economic structure and its relation to social organization as the appropriate subject of analysis but also by a new generation of historians interested more in the attitudes and ideas that have shaped or resulted from those structures and relations than in the these phenomena per se.

**Key words:** Historiography; Brazil – Economic history; Colonial history.